

Relato da 153ª Reunião do Plenário

No dia 27 de fevereiro de 2024, pelas 10h00, realizou-se no Conselho Nacional de Educação (CNE) a centésima quinquagésima terceira sessão plenária ¹, com a seguinte ordem de trabalhos:

10h00 Intervenção da Maestrina Doutora Joana Carneiro.

11h00 Assinatura do protocolo de parceria entre o CNE e o Escritório da OEI – Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – em Portugal.

1. Informações.

2. Aprovação da proposta de relato da 152ª sessão plenária.

3. Apresentação, discussão e apreciação do projeto de Recomendação *Exames e acesso ao ensino superior: problemas e cenários*. Conselheiras Reladoras: Leonor Santos e Ana Gabriela Cabilhas.

4. Relatório de Atividades 2023.

14h30 Intervenção do Professor e Filósofo Viriato Soromenho Marques.

5. Apresentação, discussão e apreciação do projeto de Recomendação *Dimensões estruturantes da profissão docente*. Conselheira(os) Relatora(es): Assunção Flores, César Israel Paulo e Rodrigo Queiroz e Melo.

6. Plano de Atividades 2024.

10h00 intervenção da Maestrina Doutora Joana Carneiro.

O Presidente, Domingos Fernandes, iniciou os trabalhos dando as boas-vindas aos senhores conselheiros e à maestrina Joana Carneiro, agradecendo-lhe a disponibilidade e a generosidade em ter aceitado o convite que lhe foi endereçado para se dirigir ao plenário. Na sequência, sublinhou a necessidade de dar voz a outras vozes, do mundo da ciência, literatura e das artes para o alargamento do debate sobre temas e problemas emergentes da agenda das políticas públicas. Estas conferências cumprem, em seu entender, o propósito de expandir o debate sobre a educação, os caminhos percorridos e os sucessos alcançados, nestes 50 anos de democracia, de modo a garantir a todos os alunos liberdade e equidade no acesso e na conclusão dos diferentes ciclos de estudos. Reforçou a necessidade de colocar na agenda pública para a educação o debate sobre o lugar que as artes em geral e o ensino da música em particular devem ocupar no currículo português.

Seguiu-se a apresentação da conferencista tendo-se sublinhado o lugar de relevo que ocupa na vida cultural do nosso país, as suas múltiplas direções de orquestras prestigiadas em termos nacionais e internacionais e a sua recente nomeação como conselheira do estado pelo Senhor Presidente da República.

Na conferência que proferiu a maestrina partilhou, de modo informal e intimista, experiências da sua vida pessoal e profissional, no cumprimento do seu sonho profissional, sublinhando a importância de as famílias saberem educar em liberdade,

¹ A gravação integral da reunião encontra-se no arquivo do CNE.

responsabilidade e no respeito pelas opções das crianças e jovens. Destacou o papel das rotinas familiares, conversas, encontros, idas a espetáculos e contactos com diferentes registos artísticos, todos eles promotores de uma educação não formal que lhe abriram portas para uma feliz coabitação com a educação formal e a aprendizagem da música. Ressalvou a importância da 1.ª e das 2.ª infâncias serem vividas em ambientes de segurança, confiança e estabilidade, afetiva e emocional, como alicerces para andaimar sonhos e projetos futuros. Considerou que o ensino e a aprendizagem da música, desde cedo, poderá ser muito benéfico para o desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças e jovens, ajudando-os a melhorarem competências múltiplas: o raciocínio lógico-matemático, o espírito analítico, a par da promoção da autoestima, autoconfiança, autonomia e do bem-estar socio emocional das crianças e jovens. Expressou inequivocamente a ideia de em cada escola, na educação dos primeiros anos, se poderem constituir classes de conjunto através, por exemplo, de grupos corais, medida acessível em custos e recursos, que ajudaria a desmistificar algumas crenças sobre o ensino e a aprendizagem da música. Considerou que todo o ser humano poderá aprender a criar beleza e que a arte coadjuva a fixar essa beleza em múltiplos registos: pintura, escultura, literatura, perpetuando-a para as gerações vindouras. Aberto o espaço para a interação com o auditório foram colocadas questões sobre o alargamento do ensino especializado das artes na escola e da necessidade de reconceptualização dos planos e matrizes curriculares em vigor em que o papel das humanidades e das artes em geral ocupam um lugar secundário. Nos diálogos mantidos com os conselheiros apresentou-se exemplo da Orquestra Geração, sediada na Escola Miguel Torga, no concelho da Amadora, como um projeto ao serviço de formas efetivas de inclusão no espaço escolar e de prevenção de abandono e insucesso.

Seguiu-se a tomada de posse dos novos conselheiros:

Professora Doutora Cristina Isabel Figueiras Faustino Agreira, na qualidade de presidente da Federação Nacional de Associações de Pais e Encarregados de Educação; Dr. Paulo Oliveira Sucena, representante da Federação Nacional de Professores; Professora Doutora Maria Marques Calado de Albuquerque, Presidente do Centro Nacional de Cultura; Dr. Rui Jorge Machado Oliveira, Presidente do Centro Nacional de Juventude e Dr. João Miguel Sanches Machado, na qualidade de vogal de direção do pelouro de Educação do Conselho Nacional de Juventude.

Foi também firmada a assinatura do protocolo de parceria entre o Conselho Nacional de Educação e o Escritório da OEI – Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, em Portugal. A sua representante, Professora Doutora Ana Paula Laborinho, teceu algumas considerações sobre a importância deste compromisso com o Conselho Nacional de Educação como um órgão independente que tem prestado, ao longo de décadas, contributos muito relevantes e significativos para a melhoria das políticas públicas de educação em Portugal. O Presidente agradeceu as palavras proferidas e congratulou-se com a assinatura deste protocolo que, no seu entender, enriquecerá ambas as partes e contribuirá para a difusão das atividades do conselho no espaço ibero-americano.

1. Informações.

O presidente fez referência ao facto de já se encontrarem disponíveis as publicações *DICA – Divulgar, Inovar, Colaborar, Aprender* e o *Estado da Educação*, edição de 2022,

tendo agradecido a todos os membros da assessoria técnico-científica a qualidade do trabalho desenvolvido

No que se refere à primeira publicação sublinhou a sua natureza investigativa, na dupla vertente de estudos de caso intrínsecos e narrativas biográficas, bem como na divulgação de bons exemplos de organização dos processos de ensino, no âmbito da liderança e gestão curricular e pedagógica, para a melhoria da qualidade das aprendizagens dos alunos nos Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas, e da reorganização do trabalho dos professores nas organizações onde trabalham. Fez ainda referência à importância das narrativas que constam na publicação da responsabilidade dos parceiros do CNE no projeto DICA.

Sublinhou os esforços desenvolvidos para a evolução do Estado da Educação 2022, nomeadamente no que se refere à sua delimitação, centrando-se nas sínteses estatísticas consideradas mais essenciais, e à sua natureza mais analítica, interpretativa e reflexiva. Fez igualmente referência ao facto de se terem selecionado cinco áreas temáticas consideradas relevantes para o desenvolvimento das políticas públicas de educação que foram objeto de análise e reflexão em outros tantos textos. Por último, reforçou o inestimável contributo dos conselheiros para os trabalhos desenvolvidos no plenário e nas diferentes comissões, referindo que a sua presença regular em todas as suas sessões de trabalho é fundamental pois tem a ver com a própria natureza do CNE como órgão de participação social.

2. Aprovação da proposta de relato da 152ª sessão plenária.

O relato foi aprovado por unanimidade. O conselheiro Fernando Magalhães pronunciou-se sobre a necessidade de se inscreverem em ata os nomes dos conselheiros que apresentem propostas e contributos face às diferentes temáticas tratadas no plenário. O presidente referiu que se iria providenciar nesse sentido.

3. Apresentação, discussão e apreciação do projeto de Recomendação *Exames e acesso ao ensino superior: problemas e cenários*. Conselheiras Reladoras: Leonor Santos e Ana Gabriela Cabilhas.

O presidente agradeceu a todos os que, direta e indiretamente, contribuíram para a redação desta recomendação, nomeadamente a todos os membros da 6.ª CEP e aos membros da assessoria técnico-científica Dr.ª Ana Rodrigues e Dr. António Dias. Realçou a complexidade da recomendação e agradeceu a natureza e a qualidade do trabalho realizado pelas reladoras conselheiras Leonor Santos e Ana Gabriela Cabilhas.

As conselheiras reladoras explicitaram os aspetos chave que presidiram à construção da proposta de recomendação, nomeadamente os objetivos que se pretendem alcançar com a discussão de aspetos cruciais face ao tema. Sublinharam também o caráter complexo e relevante do documento que interfere com conceções e representações múltiplas acerca do sistema de conceção dos exames de acesso e ingresso no ensino superior.

A conselheira relatora Leonor Santos, explorou aspetos relativos ao quadro concetual que informa a recomendação e a metodologia utilizada para a sua conceção. Sublinhou

que ao longo do documento exploram-se potencialidade e limitações face aos diversos cenários propostos a discussão e para os quais foram convocados especialistas nas matérias, recolhidos e incorporados os seus contributos através da realização de audições.

A conselheira relatora Ana Gabriela Cabilhas, representante dos alunos do ensino superior, explicitou parte do racional que esteve presente na redação da recomendação que expressa a unidade e o cuidado na abordagem de questões que, não sendo simples nem pacíficas, possuem grande relevância para todos os setores envolvidos.

De seguida foi aberta a discussão da proposta de recomendação, tendo nela participado os conselheiros Rodrigo Queiroz e Melo, António Firmino da Costa, Tiago Estevão Martins, José Reis, Hugo Figueiredo, Cláudia André, César Israel Paulo, Paulo Sucena, Matilde Rocha e Jorge Gonçalves. As conselheiras relatoras prestaram os esclarecimentos solicitados tendo manifestado disponibilidade para integrar sugestões e contributos que eventualmente lhe fizessem chegar. No entanto, após um período de discussão, foi decidido pelo presidente colocar a recomendação proposta à votação do plenário tendo a mesma sido aprovada por maioria.

Relatório de Atividades 2023.

Dado o adiantado da hora, foi decidido pelo plenário que o Relatório de Atividades poderia ser enviado às senhoras e aos senhores conselheiros para leitura, análise e eventuais comentários e/ou sugestões a enviar por e-mail aos serviços do conselho.

14h30m Intervenção do Professor e Filósofo Viriato Soromenho Marques.

O Presidente, Domingos Fernandes, agradeceu ao professor Viriato Soromenho Marques a disponibilidade e a generosidade em ter aceitado o convite que lhe foi endereçado para se dirigir ao plenário do Conselho, reforçando, uma vez mais, a importância de o plenário do conselho poder ouvir personalidades destacadas da nossa vida cultural com vista ao enriquecimento do debate acerca do desenvolvimento e melhoria das políticas públicas de educação.

Na sua intervenção, Viriato Soromenho Marques, explorou a questão: *Como educar em tempos em que não sabemos pensar?* Sublinhou a grave crise ambiental e climática, o regresso da guerra e a ameaça de uma hecatombe nuclear de dimensões catastróficas para a humanidade e a quebra do verniz civilizacional na relação entre os estados e entre os indivíduos que abalam os pressupostos de uma tese fundamental, e, por isso, incontestável, da educação em geral: não há teoria nem política de educação sem um sólido compromisso com o futuro. Importa, pois, do seu ponto de vista, perguntar se é possível realizar uma autêntica política de educação numa época em que o futuro deixou de ser uma certeza para passar ao estatuto de mera possibilidade. No espaço de interação com o plenário as senhoras conselheiras Deolinda Martín e Cláudia André colocaram questões, nomeadamente sobre a tomada de posição dos jovens face às alterações climáticas e às suas formas de atuação, legitimadas pelo agravamento deste problema, embora o tema se encontre inscrito nos programas curriculares há mais de trinta anos e seja objeto de análise, discussão e interpelação diárias, consubstanciadas

em ações e projetos promotores de uma educação plena para a cidadania ambiental responsável, esclarecida e crítica.

5. Apresentação, discussão e apreciação do projeto de Recomendação *Dimensões estruturantes da profissão docente*. Conselheira(os) Relatora(es): Assunção Flores, César Israel Paulo e Rodrigo Queiroz e Melo.

O presidente agradeceu a todos os que, direta e indiretamente, contribuíram para a redação desta recomendação, nomeadamente aos conselheiros membros da 4.ª CEP e às assessoras doutora Adélia Lopes e doutora Ana Sérgio que acompanharam e apoiaram a realização dos trabalhos e conceberam o relatório técnico que serviu de base à apresentação da proposta de recomendação. Sublinhou a qualidade do trabalho desenvolvido pelos conselheiros-relatores, destacando a relevância dos contributos decorrentes da metodologia utilizada, nomeadamente a realização de audições a reputadas e reputados investigadores internacionais e nacionais.

A Coordenadora da 4.ª CEP, Maria Assunção Flores, fez uma síntese dos trabalhos relativos à preparação e redação da recomendação. Explicitou o racional e a metodologia que esteve na base da sua concretização, uma matéria complexa que agrega perfis profissionais, formação inicial, período de indução profissional e formação contínua, a par dos desafios e das estratégias emergentes de fortalecimento da profissão. Sublinhou a importância das audições a especialistas nacionais e internacionais na sua construção e da análise cuidada realizada ao conteúdo das respetivas audições, constantes no relatório técnico que lhe serviu de suporte.

Os conselheiros César Israel Paulo e Rodrigo Queiroz e Melo, explicitaram também alguns aspetos que se encontraram na génese e concretização do documento, um trabalho complexo e exigente pela natureza das variáveis em presença. De seguida foi aberta a discussão tendo os conselheiros Jorge Gonçalves, Fernando Magalhães, Cristina Vieira, Paulo Sucena e Deolinda Martin solicitado esclarecimentos de natureza pontual que foram atendidos pela conselheira-relatora Assunção Flores e pelos conselheiros-relatores Rodrigo Queiroz e Melo e César Israel Paulo. Após o período de discussão o presidente pôs a recomendação à votação dos membros do plenário tendo a mesma sido aprovada por maioria.

6. Plano de Atividades 2024

Tendo em conta o adiantado da hora, foi decidido enviar o Plano de Atividades às senhoras conselheiras e aos senhores conselheiros.

O presidente agradeceu a presença e o contributo de todos e deu por terminada a 153.ª reunião plenária do conselho.